



**AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA**

RESGATE HISTÓRICO 20 ANOS DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

**CENTRALIDADE DO SISTEMA DA DÍVIDA
NO MODELO ECONÔMICO QUE AMARRA
O BRASIL E A URGÊNCIA DE AUDITORIA
INTEGRAL COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL**



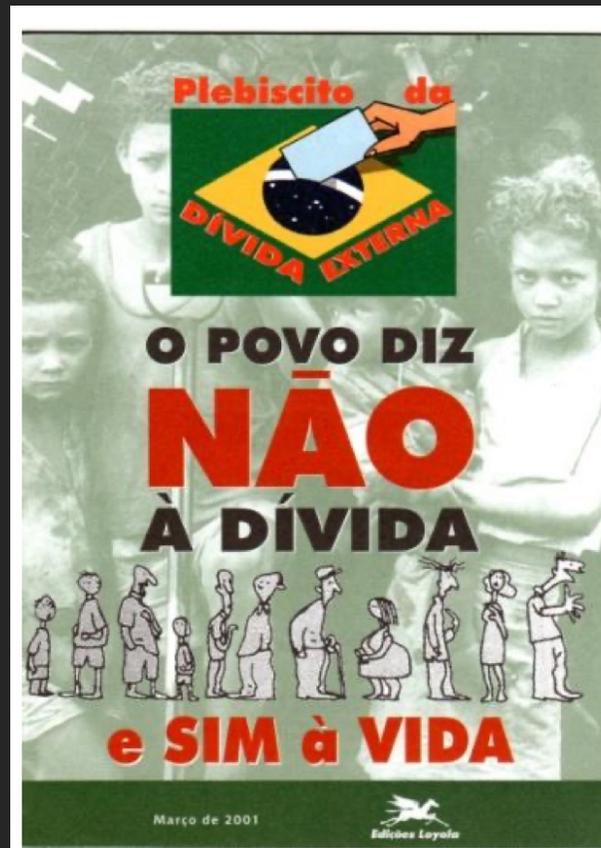
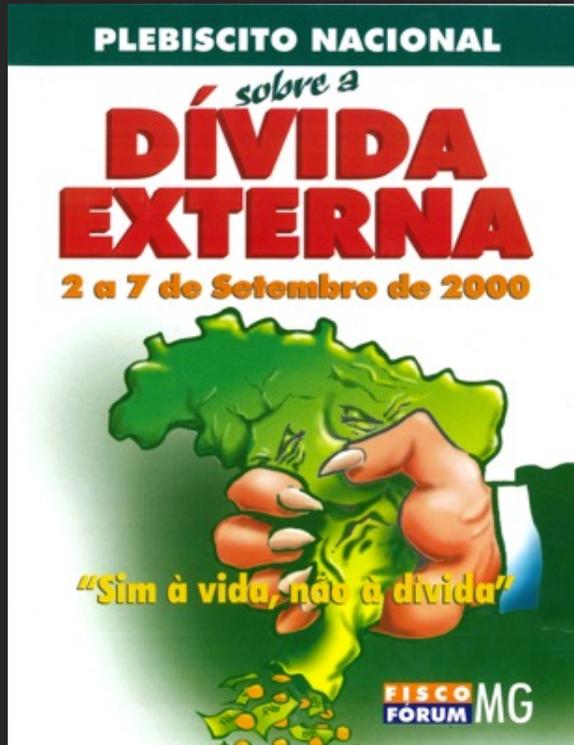
**SEMINÁRIO NACIONAL ACD
Brasília, 11 de junho de 2021**

RESGATE HISTÓRICO: 20 ANOS DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

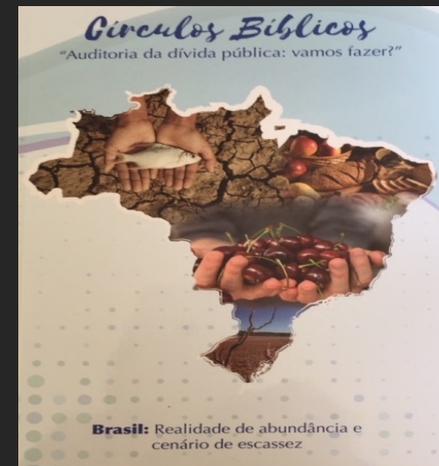
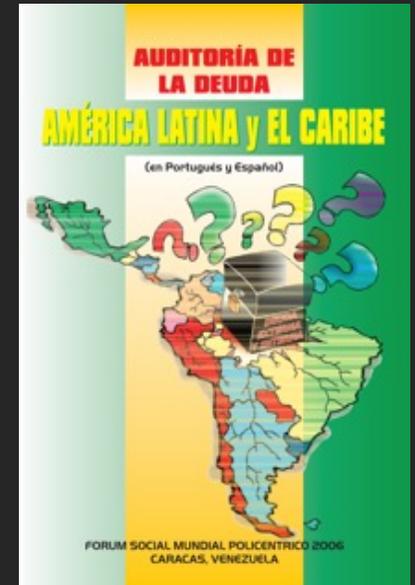
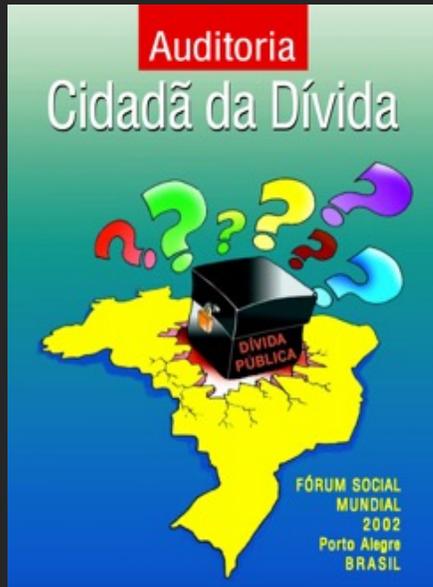
- **AVANÇOS TÉCNICOS: histórico de descobertas decorrentes das investigações da ACD e denúncias, destacando-se, entre tantas outras:**
 - Criação da expressão "SISTEMA DA DÍVIDA"
 - A maquiagem da Contabilização de Juros como se fosse Amortização
 - A ilegal Remuneração da sobra de caixa dos bancos
 - O esquema da Securitização de Créditos Públicos
 - A suspeita de prescrição da dívida externa junto a bancos internacionais, transformada em novos títulos no Plano Brady
- **MOBILIZAÇÃO SOCIAL E POPULARIZAÇÃO DO CONHECIMENTO:**
 - Criação e atuação dos Núcleos da ACD
 - Parceria com entidades da sociedade, sindicatos, associações, movimentos, universidades e outras instituições de ensino
 - Palestras, seminários, congressos, cursos presenciais e a distância, artigos, entrevistas, concursos de post/redação, vídeos, redes sociais, campanhas, estudos
- **ATUAÇÃO DA ACD:**
 - **Produção de Materiais:** folhetos, cartilhas, caderno de estudos, livros, notas técnicas, relatórios, cartas abertas,
 - **Esfera jurídica:** ADPF 59/2004; brilhante Sentença 14ª Vara da Justiça Federal do DF; *Amicus Curiae* contra o Art. 7º da EC 106; Ação ref. Art. 166 da CF
 - **Esfera do Legislativo:** CPI da Dívida Pública, CPI da PBH ATIVOS S/A, Frentes, audiências públicas, requerimentos, Interpelações Extrajudiciais, presença CN
 - **Internacional:** Equador, Grécia, Unctad/ONU, eventos em dezenas de países

A TRAJETÓRIA DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA CONTADA ATRAVÉS DE NOSSAS PUBLICAÇÕES

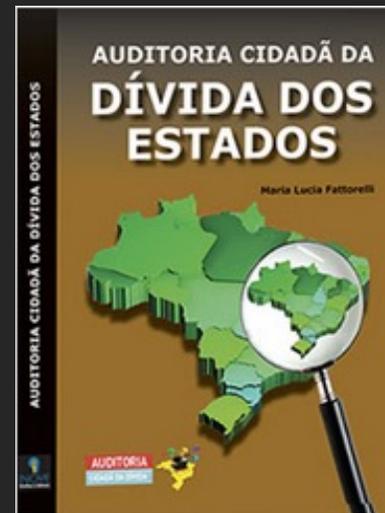
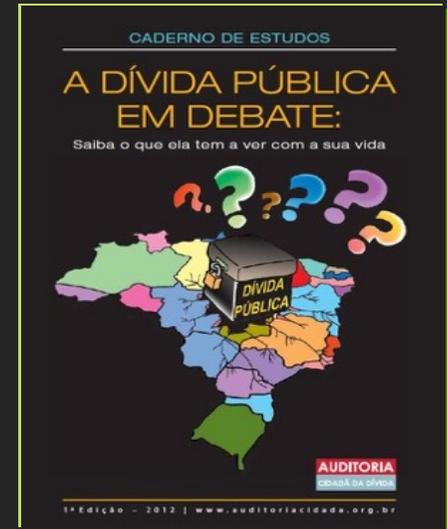
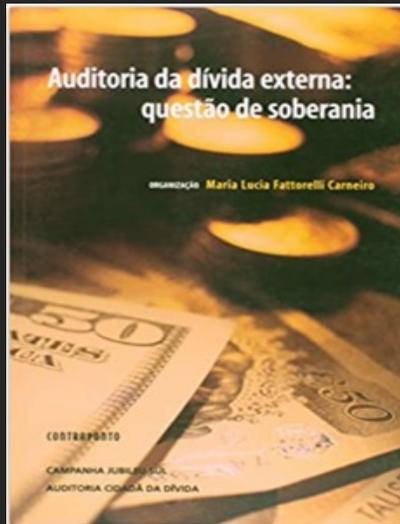
“Auditoria prevista na Constituição”
constou de uma das perguntas do
Plebiscito no ano 2000



CARTILHAS POPULARES



LIVROS



APOIO ÀS LUTAS SOCIAIS

A PREVIDÊNCIA SOCIAL É O MAIOR PATRIMÔNIO SOCIAL DO BRASIL

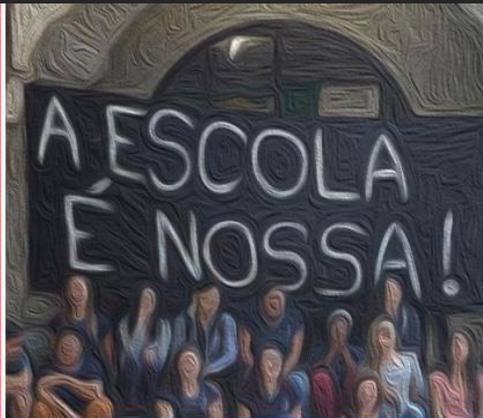
A fim de contribuir para o debate sobre a proposta de Reforma da Previdência de que trata a PEC 6/2019, a qual visa destruir a Previdência Social universal e solitária para entregá-la aos bancos, em regime de capitalização que está fracassando na maioria dos países onde foi adotada, a AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA apresenta argumentos sobre os seguintes aspectos:

- O ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS ESTÁ NO SISTEMA DA DÍVIDA E NÃO NA PREVIDÊNCIA SOCIAL
- A REFORMA NECESSÁRIA É A DO SISTEMA QUE GERA DÍVIDA POR MECANISMOS FINANCEIROS SEM CONTRAPARTIDA ALGUMA AO PAÍS
- A PREVIDÊNCIA SOCIAL É O NOSSO PRINCIPAL PATRIMÔNIO SOCIAL
- A MENTIRA DO "DÉFICIT" DA PREVIDÊNCIA
- PRIVILEGIADOS SÃO OS BANCOS
- CRISE FABRICADA PELO BANCO CENTRAL BENEFICIA BANCOS
- REMÉDIOS PARA CONTORNAR A "CRISE" BENEFICIAM BANCOS
- NÃO HÁ JUSTIFICATIVA REAL PARA A "CRISE"
- NÃO HÁ JUSTIFICATIVA REAL PARA A "CRISE" DOS ESTADOS
- DESTRUIÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E SUBSTITUIÇÃO POR CAPITALIZAÇÃO
- NECESSIDADE DE AMPLA MOBILIZAÇÃO SOCIAL PARA REJEITAR A PEC 6/2019

"Precisamos de 1 trilhão para ter potência fiscal suficiente para pagar uma transição em direção ao regime de capitalização. (...) Por isso que a gente precisa de 1 trilhão"

(Paulo Guedes, Ministro da Economia)

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA



TODO APOIO ÀS ESCOLAS DE LUTA

A dívida pública impede o aumento do SALÁRIO MÍNIMO

Para que o valor do salário mínimo proporcione aos trabalhadores o direito a uma vida digna, é preciso enfrentarmos o problema central de nosso país: A DÍVIDA!!!

Em 2003, o governo federal destinou R\$ 132 bilhões para o pagamento das dívidas externa e interna, enquanto

apenas R\$ 70,8 bilhões foram destinados à SOMA dos gastos com Segurança Pública, Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Organização Agrária, Energia e Transportes!!!

Auditar a Dívida: questão de soberania

Antes de tomarmos qualquer posição frente ao endividamento, precisamos saber: Como surgiu toda essa dívida pública? Quanto já pagamos, e quanto ainda devemos? Realmente devemos? Quem contraiu tantos empréstimos? Onde foram aplicados os recursos? Esse endividamento significou algum benefício para o povo brasileiro? O que foi feito diante de tantas ilegalidades e

ilegitimidades desse processo? Essas são algumas perguntas que o grupo de estudos da "Auditoria Cidadã da Dívida" Campanha Jubileu Sul - procura responder. O objetivo da auditoria é dissecar o processo de endividamento do País, revelar a verdadeira natureza da Dívida e, a partir daí, promover ações no sentido de reduzir o montante das Dívidas Interna e Externa.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA



NOTA DE APOIO AOS SERVIDORES EM GREVE

Brasília, 6 de junho de 2012

A Auditoria Cidadã da Dívida manifesta seu apoio aos servidores públicos em greve por melhores condições de trabalho – ponto essencial para a garantia dos direitos sociais de toda a população – e pela valorização do serviço público.

DEPUTADO(A), DE QUE LADO V. EX.ª ESTÁ?

CLASSE TRABALHADORA PERDA DE MAIS DE R\$ 1 TRILHÃO

A PEC 6/2019 representa o corte ou adiamento de direitos que deixarão de ser pagos à classe trabalhadora em valor superior a R\$ 1 TRILHÃO nos próximos 10 anos:

* Desconstitucionalização de direitos da Seguridade Social: A PEC 6/2019 retira da Constituição diversas regras relativas aos direitos assegurados pelo Constituinte de 1988, tanto para o RGPS como RPPS, e os remete para leis que sequer foram divulgadas. Representa um ataque à classe trabalhadora e gera imensa insegurança, pois dá um cheque em branco para futuras regras.

* Constitucionalização de obrigações para trabalhadores: A PEC 6/2019 esparteja a Seguridade Social e joga para a responsabilidade exclusiva da classe trabalhadora a manutenção dos respectivos regimes de Previdência ao prever aumento de contribuição e até contribuição extraordinária para servidores públicos, ferindo de morte o sistema de solidariedade e universalidade conquistado em 1988.

* Constitucionalização de restrições e supressão de garantias: A PEC 6/2019 elimina a aposentadoria por tempo de contribuição, eleva carência para 20 anos, reduz valor de benefícios, eleva o período de cálculo, muda regra de apuração que exigirá 40 anos para a integralidade de uma renda média já rebabada, reduz o direito ao abono salarial e salário família, e muitas outras regras destinadas a assegurar um ajuste fiscal de R\$ 1,1 trilhão nos primeiros 10 anos e R\$ 4,4 trilhões em 20 anos, dos quais 90% oriundos de perdas de direitos dos segurados do RGPS, e em especial do que percebem entre 1 e 2 salários mínimos, conforme tabela disponível na última página da Exposição de Motivos da própria PEC apresentada pelo governo ao Congresso.

* Postergação e redução no valor das aposentadorias: A PEC 6/2019 aumenta requisitos de idade e tempo de contribuição para trabalhadores e trabalhadoras atingirem a aposentadoria, e ainda reduz fortemente o valor dos benefícios. Enquanto isso, nem se fala em auditar a dívida pública, que consome cerca de 40%

BANCOS

GANHO ILEGAL DE MAIS DE R\$ 1 TRILHÃO

O PLP 112/2019 "legaliza" a remuneração da sobra de caixa dos bancos que receberam R\$ 1 TRILHÃO nos últimos 10 anos de forma ilegal:

* O PLP 112/2019 quer colocar o Banco Central acima de tudo e de todos, autônomo em todos os sentidos, sem ter que dar satisfação alguma aos Poderes, e com atribuição única de controlar inflação.

* O PLP 112/2019 "legaliza" a figura do Depósito Voluntário Remunerado pelo Banco Central (BC) aos bancos (tal como o PL 9.248/2017), o que na prática significa que toda a sobra de caixa dos bancos poderá ser depositada no BC e este pagará juros diários aos bancos! Temos dinheiro sobrando para isso????

* Essa remuneração diária já vem acontecendo, de forma ilegal, abusando-se das Operações Compromissadas, e tem provocado, ao mesmo tempo:

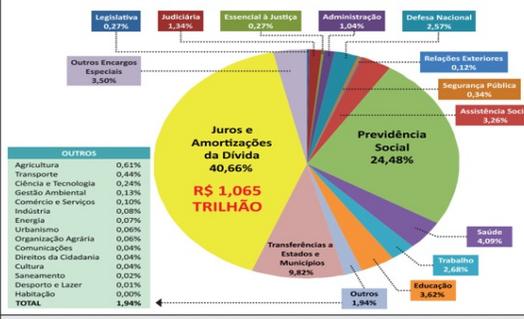
- aumento da dívida pública em R\$ 1,3 Trilhão, pois para justificar a remuneração ilegal, o BC fica com a sobra de caixa dos bancos e entrega títulos da dívida pública para eles, pelo tempo que desejarem, por 1 dia ou mais!
- rombo nas contas públicas, pois essa remuneração consumiu R\$ 754 bilhões nos últimos 10 anos, conforme balanços do BC. Se atualizarmos esse valor, chegamos perto de R\$ 1 trilhão de gasto exclusivamente para remunerar a sobra de caixa dos bancos!

- escassez de moeda na economia e consequente elevação brutal dos juros de mercado, tendo em vista que a moeda que deveria irrigar a economia fica escassa, pois bancos preferem a garantia de remuneração diária paga pelo BC. Imaginem o que ocorreria se o Banco Central parasse de remunerar toda essa sobra de caixa e desenvolvesse esse montante de cerca de 20% do PIB para os bancos! Estes reduziriam brutalmente os juros de mercado, possibilitando às indústrias e empresas em geral acessarem crédito barato, viabilizando assim a retomada do crescimento

O ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS ESTÁ NO SISTEMA DA DÍVIDA, E NÃO NA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Orçamento Federal Executado (Pago) em 2018 = R\$ 2,621 TRILHÕES

O valor previsto para 2018 havia sido R\$ 3,527 Trilhões, diferença a ser investigada



APOIO ÀS LUTAS SOCIAIS



09 DE SETEMBRO, 2020
QUAL REFORMA TRIBUTÁRIA
QUEREMOS, por Maria Lucia Fattorelli

PLP 9/2019
IMPOSTO SOBRE
GRANDES FORTUNAS - IGF
PREVÊ ARRECADAR R\$ 38,9 BILHÕES POR ANO

PL 1981/2019
ACABA COM ISENÇÃO SOBRE LUCROS
E DIVIDENDOS DISTRIBUIDOS
PREVÊ ARRECADAR R\$ 85 BILHÕES POR ANO



06 DE OUTUBRO, 2020
ESCASSEZ PARA A POPULAÇÃO,
LUCRO PARA OS BANCOS – Vídeo 13
#EHORAdEVIRARoJOGO

CONSULTA NACIONAL SOBRE REFORMAS E AUDITORIA DA DÍVIDA

www.consultanacional2017.com.br

Estamos sob uma avalanche de **CONTRARREFORMAS**, como a da **PREVIDÊNCIA** e a **TRABALHISTA**, além da aceleração das **PRIVATIZAÇÕES** de serviços estratégicos como saúde, educação, energia, comunicações etc.

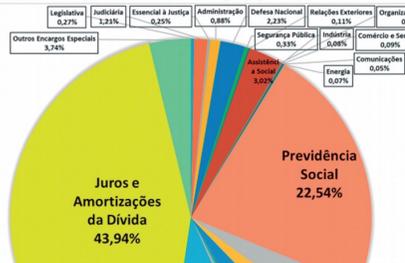
Os argumentos apresentados pelo governo para essas reformas são mentirosos: Déficit da previdência??? Cortar direitos trabalhistas vai gerar emprego??? Privatizar vai tornar o Estado eficiente???

A verdadeira razão dessas reformas é retirar direitos da população e desmontar os serviços públicos para que sobrem mais recursos ainda para a chamada **DÍVIDA PÚBLICA**, que nunca foi auditada, como manda a Constituição Federal.

A **Reforma da Previdência Social** irá modificar a Constituição Federal (PEC 287/2016) e visa beneficiar o mercado financeiro, cujo volume de negócios será ampliado com a oferta de planos de previdência privada (sujeitos a diversos riscos futuros) e fundos de pensão de natureza aberta.

Adicionalmente, o adiamento

Orçamento Geral da União 2016 Executado (pago) Total = R\$ 2,572 TRILHÕES



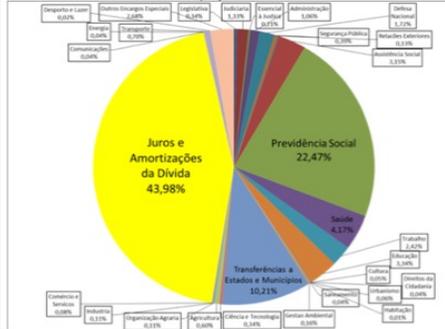
AUDITORIA

CIDADÃ DA DÍVIDA

É por Direitos:

Vamos exigir **AUDITORIA DA DÍVIDA**, que absorveu **43,98%** dos recursos federais em 2012, enquanto a Saúde recebeu apenas **4,17%**, a Educação **3,34%**, Segurança **0,39%**, Transportes **0,7%** e Habitação **0,01%**.

Orçamento Geral da União (Executado em 2012)
Total = R\$ 1,712 trilhão



NOTA PÚBLICA



A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA, a Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB, a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP, a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT, a Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR, a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP, a Associação Latino-Americana de Juizes do Trabalho - ALJT, a Atuários Associados - ATUAS, a Associação Nacional do Ministério Público Militar - ANPPM, a Associação Nacional dos Aposentados, Deficientes, Idosos, Pensionistas e dos Segurados da Previdência Social - ANADIPS e a Auditoria Cidadã da Dívida, entidades de caráter nacional abaixo subscritas, representativas de Magistrados, membros do Ministério Público, auditores, atuários e aposentados de todo o país, vêm a público manifestar-se sobre a preocupante PEC 287/2016, o que fazem nos termos seguintes:

AUDITORIA DA DÍVIDA DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA



Informativo III
Maio/2012

REVER AS ONEROSAS CONDIÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 9.496/1997 DESDE A ASSINATURA DOS ACORDOS E AUDITAR TODO O PROCESSO DESDE A DITADURA

CONDIÇÕES ONEROSAS

A renegociação da dívida dos estados realizada nos moldes da Lei 9.496/97 onerou pesadamente os entes federados nos últimos 15 anos, face à onerosa condição financeira aplicada: atualização mensal pelo IGP-DI, acrescida de juros reais de 6,17 a 7,76% ao ano, dependendo do estado. O dano financeiro provocado pelas condições impostas pela Lei 9.496/97 fica evidenciado quando se compara a evolução dessa dívida com projeção calculada em base a outros índices – TJLP, IPCA, IPCA+2%, taxa fixa de 6% ao ano – conforme cálculos a seguir, elaborado com base nos dados do Estado de MG, por exemplo:

Dívida Contratual de MG em 1998	R\$ 18.500.000.000,00
Dívida Contratual de MG, computando-se os pagamentos efetuados	
Estoque em 31/12/2011 http://www4.bcb.gov.br/fis/dividas/lestados.asp	R\$ 66.841.554.616,36
Dívida contratual de MG, se aplicada outra condição financeira desde o início do acordo com a União. Computados os pagamentos efetuados	
Estoque em 31/12/2011, caso aplicado TJLP	10.389.018.129,77
Estoque em 31/12/2011, caso aplicado IPCA	2.194.301.801,64
Estoque em 31/12/2011, caso aplicado IPCA + juros reais de 2% a.a.	9.325.216.480,38
Estoque em 31/12/2011, caso aplicado juros nominais fixos de 6%	-1.596.367.620,67

Tais cálculos demonstram que o dano financeiro imposto pela Lei 9.496/97 deve ser reparado, revendo-se as condições financeiras estabelecidas pela referida lei desde a assinatura dos acordos, pois coloca em xeque o respeito ao Federalismo.



Contribuição para o Debate sobre a Dívida dos Estados e Municípios

Síntese dos argumentos da Auditoria Cidadã da Dívida sobre o PLP nº 238/2013

O art. 4º do PLP nº 238/2013 limita-se a modificar dispositivos da Lei nº 9.496/97 referentes à REMUNERAÇÃO NOMINAL cobrada de Estados e Municípios pela União, sobre as dívidas refinanciadas desde o final dos anos 90, que passariam a ser calculados da seguinte forma:

JUROS REAIS: "calculados e debitados mensalmente, à taxa mínima de quatro por cento ao ano, sobre o saldo devedor previamente atualizado"

ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA: "calculada e debitada mensalmente com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA"

O PLP diz ainda que quando essa remuneração nominal exceder à variação da taxa SELIC, no mesmo mês, deverá ser substituído pela referida taxa.

Desde a assinatura dos convênios a partir do final do ano de 1997, a remuneração nominal paga pelos entes federados à União corresponde ao somatório do percentual de juros reais de 6% a 9% ao ano aplicado sobre a dívida atualizada mensalmente com base na variação do IGP-DI (índice calculado por instituição privada – FGV).

A remuneração nominal ora proposta pelo PLP 238 ainda é extorsiva, especialmente se comparada com as benesses concedidas pelo BNDES a empresas privadas, mediante contratos que cobram remuneração nominal fixa inferior a 6% a.a. (sem atualização), ou apenas a TJLP que atualmente se encontra em 5%.

A nova proposta não enfrenta o problema da dívida dos Estados e Municípios, que vem se acumulando desde a origem da assinatura dos convênios.

DENÚNCIA CONTRA A EC 95 (PEC 241 e 55)

AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA



NÃO À PEC 241/2016

A PEC 241/2016 deixa de fora o privilégio do maior gasto público, referente à remuneração do Sistema da Dívida paga a banqueiros

A chamada “dívida pública” nunca foi auditada e, conforme denunciado inclusive por CPI, é repleta de indícios de ilegalidade, ilegitimidade e até fraudes, tais como a suspeita de renúncia à prescrição, diversas transformações de passivos privados em dívidas públicas, além de escandalosas operações que geraram gastos de centenas de bilhões de reais em 2015 (swap cambial e operações compromissadas).

Em 2015, o estoque de títulos da dívida interna cresceu R\$ 732 bilhões em 11 meses (31/01 a 31/12), conforme Central, e destinou-se principalmente a co



CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL
Presidência

Brasília-DF, 27 de outubro de 2016
P - Nº. 0698/16

NOTA DA CNBB SOBRE A PEC 241

*“Não fazer os pobres participar dos próprios bens é roubá-los e tirar-lhes a vida.”
(São João Crisóstomo, século IV)*

O Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, reunido em Brasília-DF, dos dias 25 a 27 de outubro de 2016, manifesta sua posição a respeito da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/2016, de autoria do Poder Executivo que, após ter sido aprovada na Câmara Federal, segue para tramitação no Senado Federal.

Apresentada como fórmula para alcançar o equilíbrio dos gastos públicos, a PEC 241 limita, a partir de 2017, as despesas primárias do Estado – educação, saúde, infraestrutura, segurança, funcionalismo e outros – criando um teto para essas mesmas despesas, a ser aplicado nos próximos vinte anos. Significa, na prática, que nenhum aumento real de investimento nas áreas primárias poderá ser feito durante duas décadas. No entanto, ela não menciona nenhum teto para despesas financeiras, como, por exemplo, o pagamento dos juros da dívida pública. Por que esse tratamento diferenciado?

A PEC 241 é injusta e seletiva. Ela elege, para pagar a conta do descontrole dos gastos, os trabalhadores e os pobres, ou seja, aqueles que mais precisam do Estado para que seus direitos constitucionais sejam garantidos. Além disso, beneficia os detentores do capital financeiro, quando não coloca teto para o pagamento de juros, não taxa grandes fortunas e não propõe auditar a dívida pública.

A PEC 241 supervaloriza o mercado em detrimento do Estado. “O dinheiro deve servir e não governar!” (*Evangelii Gaudium*, 58). Diante do risco de uma idolatria do mercado, a Doutrina Social da Igreja ressalta o limite e a incapacidade do mesmo em satisfazer as necessidades humanas que, por sua natureza, não são e não podem ser simples mercadorias (cf. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 349).

A PEC 241 afronta a Constituição Cidadã de 1988. Ao tratar dos artigos 198 e 212, que garantem um limite mínimo de investimento nas áreas de saúde e educação, ela desconsidera a ordem constitucional. A partir de 2018, o montante assegurado para estas áreas terá um novo critério de correção que será a inflação e não mais a receita corrente líquida, como prescreve a Constituição Federal.

É possível reverter o caminho de aprovação dessa PEC, que precisa ser debatida de forma ampla

AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA



Brasília, 1º de novembro de 2016.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL e
Excelentíssimos Senhores Presidentes das Comissões do Senado Federal:**

- de Constituição, Justiça e Cidadania
- de Assuntos Econômicos
- de Assuntos Sociais
- de Educação, Cultura e Esporte
- de Direitos Humanos e Legislação Participativa

A AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 12.537.204/0001-45, formaliza a presente DENÚNCIA junto à Presidência do Senado Federal e respectivas Comissões do Senado Federal - de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; de Assuntos Sociais; de Educação, Cultura e Esporte; de Direitos Humanos e Legislação Participativa -, **face à constatação de que a Proposta de Emenda à Constituição PEC 55/2016 – anteriormente denominada PEC 241/2016, na Câmara dos Deputados – burla diversos dispositivos da própria Constituição Federal, além de favorecer de forma escandalosa o Sistema da Dívida e o esquema fraudulento operado por empresas estatais não dependentes que emitem debêntures, provocando danos financeiros, econômicos, morais e patrimoniais ao país.**

A presente DENÚNCIA tem amparo na garantia do exercício do direito de

CONSCIENTIZAÇÃO SOCIAL: ELEIÇÕES



06 DE SETEMBRO, 2018
Oficina presencial da Auditoria Cidadã da Dívida: "O que você precisa saber para cobrar de seus candidatos às Eleições-2018"



30 DE SETEMBRO, 2020
Auditoria Cidadã da Dívida divulga Carta Aberta aos candidatos e candidatas às Eleições Municipais 2020



CARTA ABERTA À POPULAÇÃO

Caro(a) Eleitor(a),

Estamos próximos das **Eleições-2018**, quando você será convocado(a) a votar e escolher representantes para ocupar a Presidência da República, Governo dos Estados e DF, Senado, Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas estaduais.

Durante a campanha, candidatos dos diversos partidos fazem belos discursos para obter o seu voto, porém, poucos abordam a questão do orçamento público e de onde irão obter os recursos para cumprir as promessas que fazem.

Nesse sentido, alertamos a população para a importância de questionar pré-candidatos aos diversos cargos para debater a Dívida Pública, tanto federal como estadual e distrital.

Isso é importante porque **VOCÊ PAGA ESSA CONTA!** O SISTEMA DA DÍVIDA exige grandes somas de recursos para se alimentar. Por isso a população fica submetida a **cortes de investimentos sociais, contrarreformas** (como a Trabalhista e da Previdência), perda de patrimônio público por meio das **privatizações de estatais estratégicas** e da **exploração predatória do meio ambiente, injustiças tributárias**, entre outras medidas que empurram o nosso país para inaceitável cenário de escassez, com alarmantes índices de desemprego, fome, miséria, falta de serviços públicos adequados e danos ambientais irreparáveis. Todos somos afetados, porque **estamos pagando uma conta que não é nossa**. O Sistema da Dívida tem impedido que alcancemos o desenvolvimento socioeconômico ambiental condizente com a imensa abundância que existe no Brasil.



LUTA CONTRA PEC 32 E MOBILIZAÇÃO SOCIAL



**CARTA ABERTA
DIRIGIDA ÀS AUTORIDADES DO PODER EXECUTIVO
E AOS PARLAMENTARES**

**QUESTIONA OS ARGUMENTOS E DADOS USADOS POR AUTORIDADES
PARA JUSTIFICAR A “REFORMA ADMINISTRATIVA” (PEC 32/2020)**

Brasília, 11 de fevereiro de 2021

Excelentíssimos(as) Deputados(as) Federais
Membros da Comissão de Constituição e Justiça
Câmara dos Deputados
Brasília – DF



PRESSÃO CONTRA PEC 32 e PEC 186

De 2º OFÍCIO - NOTIFICAÇÃO <cartorio2oficio.notificacao@gmail.com> ★

Assunto **INTERPELAÇÃO EXTRAJUDICIAL**

Para dep.arthurlira@camara.leg.br ★

Cc Mim <contato@auditoriacidada.org.br> ★

Boa tarde,

Ao
Excelentíssimo Deputado
ARTHUR CÉSAR PEREIRA DE LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

Atenciosamente,

Setor de Notificação

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL,
TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS

CRS 504 Bloco A lojas 07/08, Avenida W3 Sul | Asa Sul
Brasília | Distrito Federal | CEP: 70.331-515 | Tel: 61 3214-5900

<http://www.cartoriodebrasil.com.br>

**Deputados(as)
INTERPELADOS
EXTRAJUDICIALMENTE
sobre danos
e riscos
da PEC 186/2019**

**Não poderão dizer
que não sabiam!**

 AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

PEC 186 É ROUBO:

- 📌 Apenas R\$ 44 bilhões para o auxílio emergencial!
- 📌 Até R\$ 1,4 TRILHÃO da Conta Única do Tesouro para o Sistema da Dívida!
- 📌 Recessão, sacrifícios sociais e patrimoniais para sobrar mais dinheiro ainda para a questionável dívida que nunca foi auditada!



A LUTA CONTINUA! #PEC186NÃO
Pressione Deputados(as) para
REJEITAR O CALOTE AOS
DIREITOS SOCIAIS E A
CHANTAGEM DA PEC 186

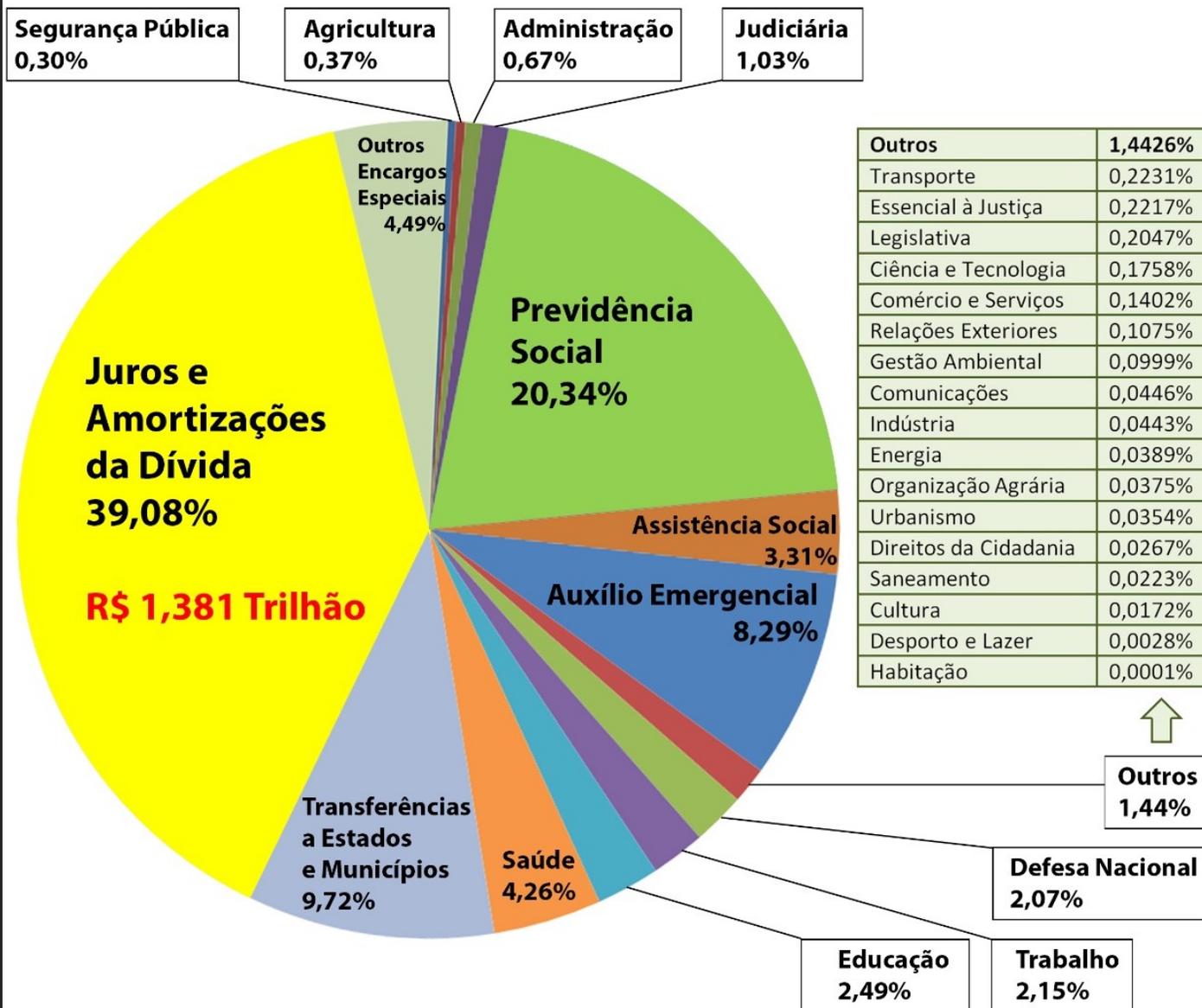
Basta um clique



ACESSE AUDITORIACIDADA.ORG.BR

Orçamento Federal Executado (pago) em 2020 = R\$ 3,535 TRILHÕES

Inclui gastos do "Orçamento de Guerra" autorizado pela Emenda Constitucional 106/2020



DENÚNCIA DO PRIVILÉGIO DA DÍVIDA NO ORÇAMENTO FEDERAL



"O DÉFICIT ESTÁ NO BANCO CENTRAL E NÃO NOS GASTOS SOCIAIS",

27 DE JANEIRO, 2021

Fonte: https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw

Nota: Consulta em 15/1/2021. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Inclui o chamado "Orçamento de Guerra", aprovado por meio da Emenda Constitucional 106/2020 no contexto da pandemia. Gráfico por Função, com exceção das Funções "Encargos Especiais" e "Assistência Social", cujas parcelas foram desmembradas de acordo com a natureza da despesa. A Função "Encargos Especiais" foi desmembrada em "Juros e Amortizações da Dívida" (GND 2 e 6); "Transferências a Estados e Municípios" (Programa 0903), e "Outros Encargos Especiais" (compostos principalmente de gastos de R\$ 50 bilhões com o cumprimento de Sentenças Judiciais, e gastos de R\$ 58 bilhões com garantias dadas aos bancos no âmbito do PRONAMPE, no valor de R\$ 38 bilhões, e no âmbito do Fundo Garantidor de Investimentos no valor de R\$ 20 bilhões, relacionados a empréstimos concedidos a micro, pequenas e médias empresas). A Função "Assistência Social" foi desmembrada para destacar a parcela referente ao "Auxílio Emergencial", mostrada separadamente no gráfico.

DENÚNCIA: CRISE FABRICADA pela Política Monetária do Banco Central

GAZETA DO POVO |  ARTIGOS + DE 90% de desconto

Home » Opinião » Artigos » O Banco Central está “suicidando” o Brasil

ARTIGO

O Banco Central está “suicidando” o Brasil

 1  Beta

Maria Lucia Fattorelli [12/01/2016] [22h00]

<https://bit.ly/3cDQuXO>



<https://bit.ly/39WBg5C>



<https://bit.ly/3liKWeM>

DENÚNCIA: Crise Fabricada tem sido usada como justificativa para contrarreformas, privatizações e cortes, como mostra o documento da Frente Parlamentar da Reforma Administrativa (PEC 32)



FRENTE PARLAMENTAR DA
REFORMA ADMINISTRATIVA

Carta de apresentação

A crise iniciada em 2014 e a dificuldade em retomar a economia, que persistem nos dias atuais, tornam clara a baixa capacidade de resposta do Estado brasileiro aos desafios contemporâneos. Concluimos uma década com um dos piores índices de crescimento de nossa história. Problemas sociais que pareciam



<https://bit.ly/39WBg5C>

DENÚNCIA: TEMOS MANTIDO VÁRIOS TRILHÕES EM CAIXA HÁ VÁRIOS ANOS

- Em 2015 e 2016 o PIB caiu cerca de 7% e seguiu estagnado, embora não tivéssemos tido aqui nenhum dos fatores que produzem crise. Milhões de empresas quebraram e a crise se alastrou para os estados e municípios.
- O Brasil é a 9ª maior economia do mundo; possuímos imensas riquezas e potencialidades

Temos mantido mais de R\$ 4 TRILHÕES líquidos há vários anos e chegamos a **quase R\$ 5 TRILHÕES no final de 2020:**

- **R\$ 1,289 TRILHÃO** na Conta Única do Tesouro Nacional,
- **R\$ 1,393 TRILHÃO** no caixa do Banco Central, e
- **R\$ 1,836 TRILHÃO** em Reservas Internacionais!

DENÚNCIA DE MECANISMO QUE GERA DÍVIDA SEM CONTRAPARTIDA E TRANSFERE O DINHEIRO PARA BANCOS

TEMOS DINHEIRO SOBRANDO PARA REMUNERAR DIARIAMENTE A SOBRA DE CAIXA DOS BANCOS? ESSA É A PRIORIDADE DO PAÍS???

SIM

NÃO

Estamos enfrentando uma "Reforma da Previdência" que retira R\$ 1 TRILHÃO (nos próximos 10 anos) das mãos das pessoas que recebem aposentadoria, pensão ou benefício da Seguridade Social.

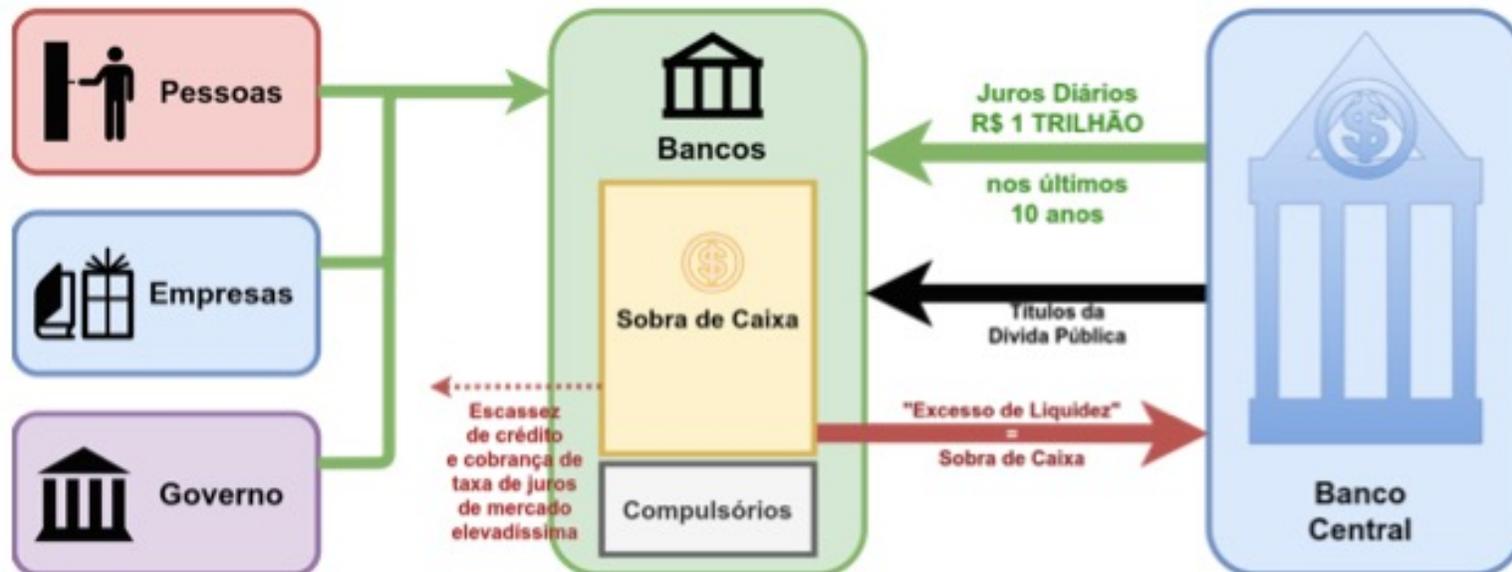
Essa contrarreforma prejudica principalmente os mais pobres e aprofunda a recessão econômica, pois esse trilhão deixará de girar na economia e, adicionalmente, reduzirá a arrecadação de tributos.

Porém, você sabia que R\$ 1 TRILHÃO JÁ FOI DESTINADO PARA OS BANCOS (nos últimos 10 anos), de forma ilegal, para remunerar diariamente o dinheiro que sobra em seu caixa?

Isso mesmo, o dinheiro que os bancos não conseguem emprestar (porque cobram juros elevados demais) está sendo remunerado diariamente! Em vez de acabar com essa ilegalidade, o governo enviou ao Congresso o PLP 112/2019 que, além de colocar o Banco Central acima de tudo e de todos, pretende "legalizar" a figura do Depósito Voluntário Remunerado pelo Banco Central aos bancos (tal como o PL 9.248/2017), o que na prática significa que toda a sobra de caixa dos bancos poderá ser depositada no Banco Central e este pagará juros diários aos bancos! Temos dinheiro sobrando para isso???

Nosso problema não é a falta de recursos, mas a opção de retirá-los da população para entregá-los aos bancos

Remuneração da Sobra de Caixa dos Bancos e impacto na escassez de crédito e elevação dos juros de mercado



DENÚNCIA: BOLSA-BANQUEIRO



ASSALTO AOS COFRES PÚBLICOS

que deveria ser CRIMINALIZADO está sendo PREMIADO

E VOCÊ É QUE VAI PAGAR A CONTA

30 DE OUTUBRO, 2020
NOVELA: ASSALTO AOS COFRES PÚBLICOS (6 CAPÍTULOS)

CORREIO BRAZILIENSE

BANCO CENTRAL

Operações no overnight saltam para R\$ 1,6 trilhão em agosto

Volume de compromissadas, de curtíssimo prazo, chega a 22,2% do PIB. Números refletem o aumento da desconfiança do mercado no governo

Abuso das Operações Compromissadas

O PL 3.877/2020 quer "legalizar" essas operações com a máscara dos "Depósitos Voluntários Remunerados"



Escassez de Moeda

A moeda fica retida no Banco Central, rendendo juros somente aos bancos



Elevação dos Juros de Mercado

Bancos preferem os juros garantidos pelo Banco Central, em vez de emprestar à sociedade



Danos Econômicos

Quebra de empresas (por falta de acesso a crédito), desemprego, queda do PIB e rombo ao orçamento público

DENÚNCIA

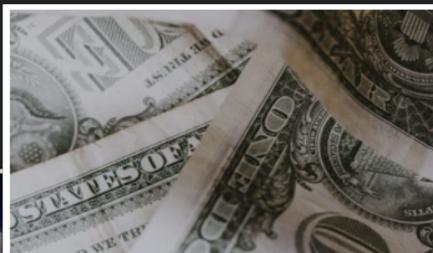
COMPRA DE PAPEL PODRE PELO BANCO CENTRAL



01 DE ABRIL, 2020
NOTA TÉCNICA ACD No 1/2020 "PEC DO ORÇAMENTO DE GUERRA"



06 DE ABRIL, 2020
NOTA TÉCNICA ACD Nº 2/2020 –
"PRIVILÉGIOS DA BANCA NO SENADO"
– PEC 10/2020 e MP 930/2020



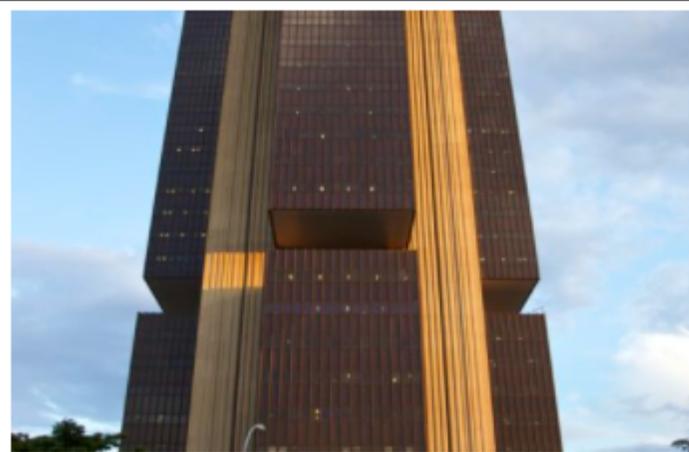
15 DE ABRIL, 2020
NOTA TÉCNICA ACD 4/2020 Breve
análise do Substitutivo 2 à PEC 10/2020
no Senado, divulgado dia 15.04.2020



14 DE ABRIL, 2020
NOTA TÉCNICA ACD 3/2020 Substitutivo
do Senado à "PEC do Orçamento de
Guerra" mantém escandalosa
transformação de papéis podres dos
bancos em Dívida Pública



04 DE MAIO, 2020
NOTA TÉCNICA ACD 5/2020 Breve
análise do Substitutivo da PEC 10/2020
em votação na Câmara dos Deputados



27 DE ABRIL, 2020
Carta aberta: PEC 10 orçamento é de
guerra, mas a favor de bancos

Economia

Ativos privados que BC pode comprar caso PEC seja aprovada somam R\$ 972,9 bilhões

Por Reuters | 09/04/2020 - 13:25



CONTABILIZAÇÃO DE JUROS COMO SE FOSSE AMORTIZAÇÃO

**DENÚNCIA:
MECANISMO
QUE BURLA A
CONSTITUIÇÃO
PARA GARANTIR
O PAGAMENTO
DOS JUROS**

Gráfico 01

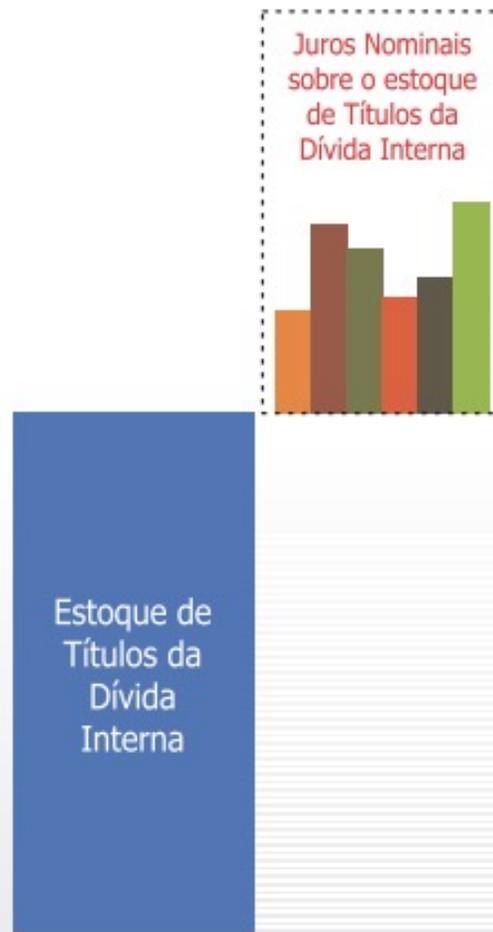
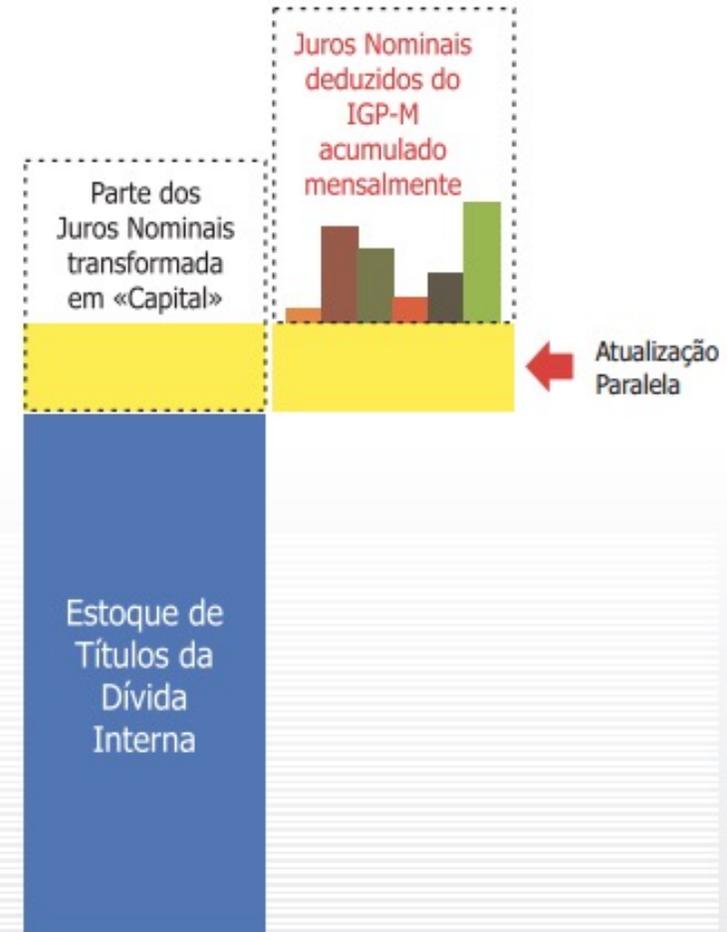


Gráfico 02



DENÚNCIA

EMISSÃO

EXCESSIVA DE

TÍTULOS DA

DÍVIDA EM 2015

QUANDO A SELIC

CHEGOU A

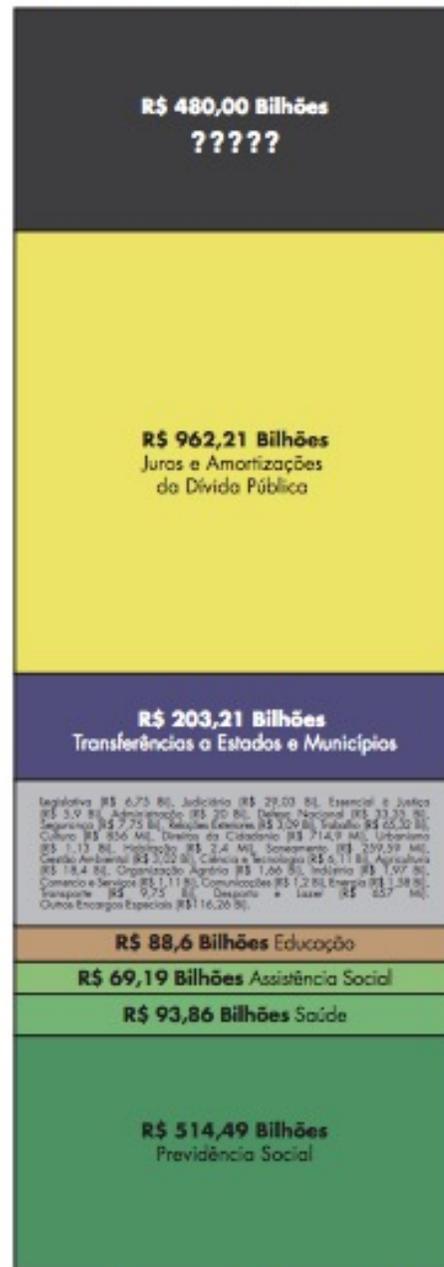
14,25%

RECEITAS FEDERAIS R\$ 2,748 TRILHÕES
Realizadas em 2015 - Fonte: CGU - Transparência Brasil



Fonte: CGU Acesso em 26/03/2016 <http://gao.gov.br/cdbCo3>

DESPESAS FEDERAIS R\$ 2,268 TRILHÕES
Pagas em 2015 - Fonte: SIAFI - Sistema SigaBrasil Senado Federal



Fonte: SIAFI Acesso em 26/03/2016 <http://gao.gov.br/YDHSBn>

DENÚNCIA: Mecanismo fraudulento da Securitização de Créditos Públicos

PLP 459/2017 (PLS 204/2016 no Senado) visa "legalizar":

- ✓ Desvio de recursos arrecadados de contribuintes
- ✓ Contratação irregular de Dívida Pública
- ✓ Comprometimento do Estado com vultosas garantias e indenizações
- ✓ Transferência de propriedade (Alienação Fiduciária) do fluxo de arrecadação de tributos
- ✓ Desrespeito a toda a legislação de finanças do país
- ✓ Prejuízos financeiros aos cofres públicos

NÃO a esse ESQUEMA FRAUDULENTO mascarado de "Securitização de Créditos"

PROJETOS CIFRADOS

PLS 204/2016, PLP 181/2015 e PL 3337/2015
VISAM "LEGALIZAR" ESQUEMA FRAUDULENTO

A "securitização" de Dívida Ativa está sendo propagandeada como uma "solução" para entes federados (União, Estados e Municípios) obterem renda em operações no mercado financeiro.

Na prática, tais operações correspondem à **geração de dívida pública de forma disfarçada**, ilegal, inconstitucional e extremamente onerosa, comprometendo as finanças públicas atuais e futuras.

Adicionalmente, escondem **abusiva transferência dos valores de multa e juros** pagos pelos contribuintes, lesando os cofres públicos.

- Quem é essa "pessoa jurídica de direito privado"? É uma empresa estatal?
- Que direitos estarão de fato sendo cedidos, considerando que os créditos continuam sendo cobrados pelos órgãos competentes?
- O que significa "onerosamente"? Que ônus é esse? Um cheque em branco? Qual é a extensão desse ônus?

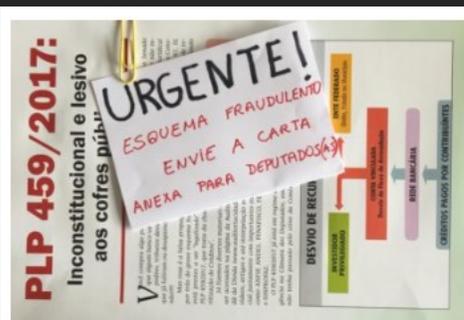
Documentos oficiais de entes federados onde o esquema já está funcionando permitiriam identificar que o PLS 204/2016 é um projeto cifrado que esconde esquema financeiro fraudulento.

PEC 438/2018

**PAGAMENTO POR FORA DOS CONTROLES ORÇAMENTÁRIOS, MEDIANTE DESVIO DE ARRECAÇÃO DURANTE O PERCURSO PELA REDE BANCÁRIA, ALÉM DE GERAÇÃO ILEGAL DE DÍVIDA ONEROSÍSSIMA!
MESMO ESQUEMA FRAUDULENTO DO PLP 459/2017**

A PEC 438/2018 contém o mesmo esquema fraudulento do PLP 459/2017 que joga no lixo toda a legislação de finanças do país (CF, LRF, CTN, Lei 4.320/64, Leis orçamentárias etc.), sendo, portanto, flagrantemente INCONSTITUCIONAL, e representa **imensos danos irreparáveis** ao país e a toda a sociedade, conforme "interpeleção Extrajudicial" já endereçada a cada líder partidário, disponível em <https://bit.ly/2CWIyDP>, assinada por importantes entidades da sociedade civil: ACD, ANDES/SIN, ANFIP, FENAFISCO, FENASTO, SINPROFAZ.

Trata-se de "legalização" de esquema que representa, na prática, a realização de **pagamentos por fora dos controles orçamentários**, mediante o desvio dos tributos que pagamos, durante o percurso desses recursos pela rede bancária arrecadadora, de tal forma que tais recursos sequer alcançariam os cofres públicos.



**11 DE FEVEREIRO, 2020
ALERTA CONTRA PROJETOS FRAUDULENTOS DE DESVIO DE RECURSOS PÚBLICOS: PLP 459/2017 e PEC 438/2018**

PLP 459/2017:

Inconstitucional e lesivo aos cofres públicos

Você compra algo no supermercado? Você acredita que algum banco vá comprar créditos podres, tributos devidos por empresas que já faliram ou desapareceram? Claro que não!!!

Mas essa é a falsa propaganda que está por trás de grave esquema fraudulento que está prestes a ser "legalizado" por meio do PLP 459/2017, que trata da chamada "Securitização de Créditos".

Já fizemos diversos materiais que podem ser acessados na página da Auditoria Cidadã da Dívida (www.auditoriacidada.org.br): vídeos, artigos e até interpeleção extrajudicial juntamente com importantes entidades

de Constituição e Justiça (CCJ) no Senado nem na Câmara, sabe por que? Ele não resiste a 5 minutos de argumentação jurídica!

Tal projeto fare diversos artigos da Constituição Federal, em especial o Art. 167, IV, que veda expressamente a vinculação de receita de impostos a qualquer órgão, fundo ou despesa!

**Art. 167
São vedados:
IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa (...)**

VETO!

07 DE MAIO, 2020

ACD requer veto ao esquema da Securitização de Créditos



Auditoria Cidadã da Dívida

@auditoriacidada.pagina

Página inicial

Sobre

Vídeos

PLP 459/2017
quer legalizar fraudes de bilhões!

**VAI SAIR
DO SEU
BOLSO!**

Curtiu Seguindo Compartilhar ...

Enviar mensagem

**MOTIVOS
PARA DIZER
NÃO AO**

PLP 459/2017



**CHEGOU
A HORA DE
PRESSIONAR**
NOSSOS DEPUTADOS
E DEPUTADAS CONTRA O
PLP 459/2017



PLP 459/2017

É fundamental que as pessoas conheçam esse esquema, porque é o dinheiro dos impostos que elas pagam com tanto sacrifício que estará sendo **desviado para bancos!**

- Maria Lucia Fattorelli - Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida.



DENÚNCIA: Mecanismo fraudulento da Securitização de Créditos Públicos

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA SEMINÁRIO INTERNACIONAL 2017
Esquema Financeiro Fraudulento e Sistema da Dívida
 Criação de "Estatais não Dependentes" para securitizar Dívida Ativa e lesar a sociedade

NOTA DE REPÚDIO
PLS 204/2016, PLP 181/2015 e PL 3337/2015

A plenária do Seminário Internacional 2017, organizado pela Auditoria Cidadã da Dívida e apoiado por dezenas de entidades nacionais e internacionais, que se realiza em Brasília/DF com o tema "Esquema Financeiro Fraudulento e Sistema da Dívida – criação de 'Estatais não Dependentes' utilizadas para securitizar Dívida Ativa e lesar a sociedade", que denuncia mecanismos financeiros perversos que aprofundam a financeirização e provocam, simultaneamente, a geração de dívida e o sequestro da arrecadação pública pelo setor financeiro, manifesta total **REPÚDIO** ao posicionamento dos governadores de alguns Estados da Federação, divulgada em jornais de grande circulação, no dia 08 de novembro de 2017, onde esses defendem a aprovação dos projetos de lei que ora tramitam no Congresso Nacional (PLS 204/2016, PLP 181/2015 e PL 3337/2015).



ALERTA PEC 438/2018

10 DE SETEMBRO, 2019
ALERTA – PEC 438/2018 INCLUI SECURITIZAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

PAGAMENTO POR FORA DOS CONTROLES ORÇAMENTÁRIOS, MEDIANTE DESVIO DE ARRECAÇÃO DURANTE O PERCURSO PELA REDE BANCÁRIA, ALÉM DE GERAÇÃO ILEGAL DE DÍVIDA ONEROSÍSSIMA! PLP 459/2017

visa "legalizar" esse escândalo!
Mobilize-se! Exija que Deputados(as) rejeitem esse escandaloso ESQUEMA FRAUDULENTO

09 DE SETEMBRO, 2019
PLP 459/2017 EM PAUTA NA CÂMARA: Envie a Carta aos Deputados e Deputadas Federais

URGENTE

03 DE SETEMBRO, 2019
Carta aos Senadores: Danos Financeiros e graves inconstitucionalidades da PLP 6/2019 – Existem outras alternativas

LUTA CONTRA INDEPENDÊNCIA DO BANCO CENTRAL



<https://www.change.org/p/stf-quem-vai-ganhar-os-trilhões-de-reais>

change.org Fazer abaixo-assinado Meus abaixo-assinados Explorar Fazer doação

A saúde é importante para nós da Change. Por isso, gostaríamos de comunicar aos nossos usuários que o Ministério da Saúde publica todos os dias informações sobre o coronavírus COVID-19. [Leia e ajude a evitar a disseminação.](#)

QUEM VAI GANHAR OS TRILHÕES DE REAIS?
5 mil apoiadores

QUEM VAI GANHAR OS TRILHÕES DE REAIS?

Ativos privados que BC pode comprar caso PEC seja aprovada somam R\$ 972,9 bilhões

4.662 pessoas já assinaram. Ajude a chegar a 5.000!

Telme Lucía Batista da Silva assinou Há 2 horas
Aline Costa assinou Há 4 horas

Essa petição tem chances de conseguir uma vitória! Só precisamos de mais 338 assinaturas. Você pode ajudar?

Chame mais gente para

Auditoria Cidadã da Dívida criou este abaixo-assinado para pressionar Jair Messias Bolsonaro (Presidente da República) e 21 outros

O Banco Central quer ficar
"independente"
para sacramentar a
política monetária suicida
que amarra o Brasil.



NÃO aos projetos
PLP 19 e 112/2019

#ÉHORAdEVIRARoJOGO



**PLP 19/2019 dá
CHEQUE EM BRANCO
para banqueiros**

**AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA**

LUTA CONTRA JUROS ALTOS

SEMANA 14

ARGUMENTOS FALSOS USADOS POR QUEM DEFENDE JUROS ALTOS	VERDADE COMPROVADA COM DADOS OFICIAIS
Brasileiro não faz poupança, por isso os juros são altos aqui	No Brasil, a disponibilidade bancária (já deduzido o compulsório) é de cerca de 1,7 TRILHÃO
Juros são altos no Brasil por causa da inadimplência	A relação é inversa: os juros são extorsivos e impagáveis! Empresas não conseguem lucrar o suficiente para pagar juros e são empurradas à falência. O desemprego aumenta e a receita das famílias é frustrada. Assim surge a inadimplência
Juros altos servem para controlar a inflação	A inflação tem sido causada por aumento dos preços monitorados (energia, combustíveis, gás de cozinha etc.) e de alimentos
Se reduzir os juros, o capital foge	Juros altos atraem capital especulativo, não produtivo. A fuga de capitais pode ser evitada via controle tributário e monetário, como faz a maioria dos demais países

AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

TRABALHADORES E TRABALHADORAS PAGAM A CONTA DA CRISE #ÉHORADEVIRAROJOGO

AUMENTAR JUROS PARA CONTER INFLAÇÃO? QUEM ESTÃO ACHANDO QUE ENGANAM?

A **inflação** está explodindo no Brasil por causa da **alta dos preços dos combustíveis** (devido à insana política de paridade aos preços de importação adotada pela Petrobras desde 2016, como se não produzíssemos uma gota de petróleo; como se não fôssemos capazes de refinar e abastecer todo o mercado interno com o petróleo extraído aqui), **energia elétrica** e demais preços que deveriam ser monitorados, mas **não são**, e devido ao aumento no preço de **alimentos** por causa dos graves erros na condução da política agrícola e agrária no país.

Outro impacto na inflação decorre do aumento dos preços de **insumos, medicamentos e produtos importados**, porque o real foi a moeda que mais se desvalorizou frente ao dólar, por evidente incompetência do Banco Central no controle do câmbio (o BC fica dando ração ao mercado, por meio de contratos de swap em reais, verdadeiras apostas que geram prejuízos de dezenas de bilhões aos cofres públicos e só estimulam a especulação, não servindo de fato para controlar a moeda).

Tudo isso é comprovado por dados oficiais e no sofrimento cotidiano das pessoas. Ai vem o BANCO CENTRAL E DIZ QUE ESTÁ SOFRENDO PRESSÃO DO MERCADO PARA SUBIR JUROS PARA CONTER INFLAÇÃO???????

Subir juros vai reduzir o preço dos combustíveis? Da energia? Dos medicamentos? Claro que não! Essa é mais uma medida para aprofundar a crise fabricada!
#ÉHORADEVIRAROJOGO

O BC está, nos últimos dias, sofrendo forte pressão dos mercados para subir os juros de forma acelerada, depois que a inflação corrente **aumentou**. A decisão, porém, será tomada num ambiente de forte incerteza, e o Comitê de Política Monetária (Copom) terá que se equilibrar entre os riscos fiscais e de queda da atividade econômica com os novos lockdowns.

Valor



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA



22 DE DEZEMBRO, 2020
JUROS ALTOS AMARRAM O BRASIL -
Vídeo 19 #ÉHORADEVIRAROJOGO

PARTICIPAÇÕES INTERNACIONAIS

ENCUENTRO INTERNACIONAL

Deuda externa: Un proceso de arbitraje justo y transparente
Guayaquil, Ecuador
Marzo del 9 al 12 del 2002

MOVIMIENTO DE LA “AUDITORÍA CIUDADANA DE LA DEUDA”

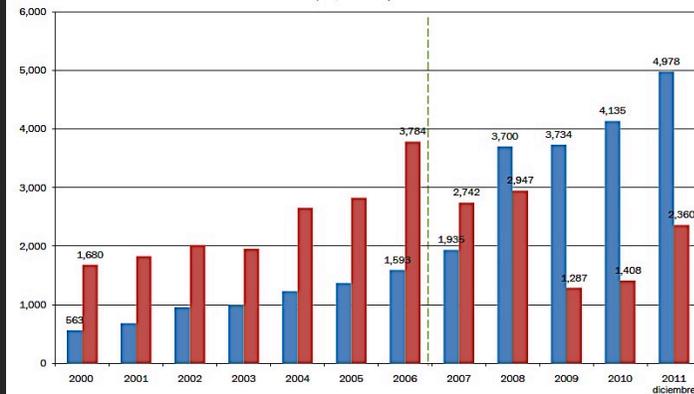


Pretendo, com este trabalho, divulgar la experiencia de la Auditoría Ciudadana que estamos realizando en Brasil.

Inicialmente, es preciso resaltar que la Auditoría está prevista en la Constitución Federal promulgada en el año de 1988, en la que consta un dispositivo que determina la realización de “examen analítico y pericial de los actos y hechos generadores del endeudamiento externo brasileño» (Artículo 26 de las Disposiciones Transitorias).



INVERSIÓN SOCIAL Evolución Comparada con Respecto a la Deuda Pública (US\$ millones)



El gasto social en el año 2009 fue 2.9 veces mayor al del servicio de la deuda pública del gobierno central.

Auditoria Cidadã da Dívida

Número 4 - Setembro de 2007

AUDITORIA OFICIAL DA DÍVIDA EQUATORIANA



Depois de 6 anos lutando para que a dívida seja auditada, a Campanha “Auditoria Cidadã da Dívida” obteve sucesso, apesar de que em outro país: dia 23 de julho de 2007, o governo do Equador criou a “Comissão para a Auditoria Integral do Crédito Público”. Esta Comissão conta com quatro representantes do governo equatoriano, doze representantes de organizações sociais nacionais e seis representantes de organizações internacionais, dentre estas a Auditoria Cidadã da Dívida do Brasil. A Comissão buscará identificar as ilegalidades do endividamento, para então justificar o não pagamento desta dívida e a devolução dos recursos pagos indevidamente. A auditoria também identificará os impactos perversos da dívida sobre as condições sociais e ambientais do Equador, uma vez que, assim como no Brasil, o endividamento provocou miséria, fome, desigualdades sociais e depredação ambiental.



Auditoria Oficial da Dívida Equatoriana: grande exemplo para o mundo

Em 2007, o Presidente do Equador, Rafael Correa, criou a Comissão para a Auditoria da Dívida Equatoriana (CAIC), que contou com a participação da sociedade civil internacional. O Relatório Final foi entregue em setembro de 2008, e revelou uma história de 30 anos de ilegalidades e ilegitimidades, história essa bastante parecida com a brasileira, e de muitos outros países latino-americanos.

Porém, contrariamente a muitos países, que sequer debatem o tema do endividamento, com medo das represálias do “Mercado”, o Equador colocou no centro dos debates nacionais o tema da dívida, através de uma ampla e profunda auditoria, que buscou resgatar a verdade sobre o processo de endividamento.



Que dívida é essa? Quem se apropriou dos recursos? Só uma Auditoria poderá responder.

Necessidade de Auditoria no Brasil

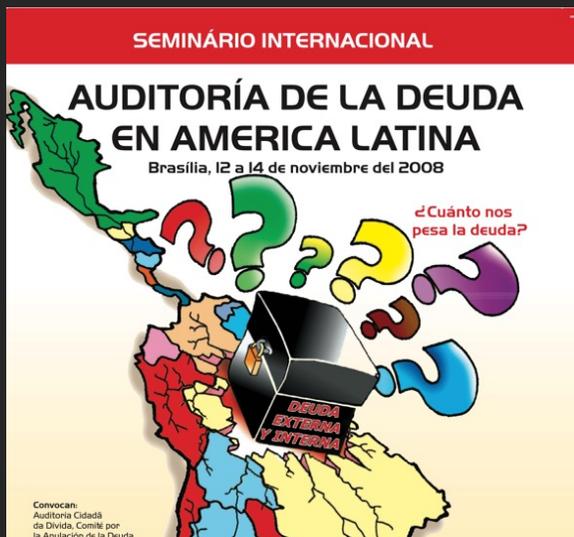
ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO - 2007



Montante do Orçamento da União = R\$ 775 bilhões

No Brasil, os gastos com a dívida representam a maior parte do orçamento público, consumindo bem mais recursos que áreas sociais fundamentais, como saúde, educação e reforma

PARTICIPAÇÕES INSTITUCIONAIS - CPI

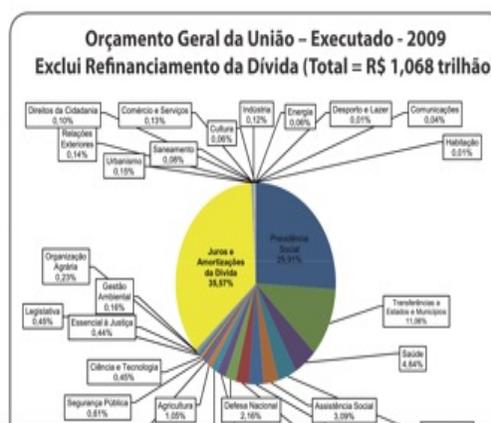


CPI da Dívida Pública

Entidades da Sociedade Civil exigem o aprofundamento das investigações e a completa identificação dos responsáveis, ante os indícios de ilegalidade e ilegitimidade apurados pela CPI, e requerem a **Auditoria da Dívida Interna e Externa**.

A Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - da Dívida Pública foi instalada em agosto de 2009 com o objetivo de "investigar a Dívida Pública da União, Estados e Municípios, o pagamento de juros da mesma, os beneficiários destes pagamentos e o seu impacto nas políticas sociais e no desenvolvimento sustentável do país."

A CPI foi proposta pelo deputado Federal Ivan Valente (PSOL/SP), que elaborou a maior parte dos requerimentos de informações. Ivan Valente também foi o responsável pela convocação da maioria de



CPI DA DÍVIDA PÚBLICA



Saiba como foi a CPI da Dívida

PARTICIPAÇÕES INTERNACIONAIS



Fattorelli apresenta relatório parcial de auditoria ao Parlamento Grego

OUTROS VÍDEOS



PARTICIPAÇÕES INSTITUCIONAIS

CPI PBH ATIVOS S/A

AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA



Belo Horizonte, 4 de dezembro de 2017

À Sua Excelência
Dr. Cláudio Terrão
Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
Belo Horizonte

Assunto: **PBH ATIVOS S/A – Relatório Preliminar Específico de Auditoria Cidadã da Dívida nº 2/2017, de 3/11/2017, e respectivo Adendo nº 1, de 13/11/2017**

Exmo. Sr. Presidente,

Pela presente, encaminhamos a Vossa Excelência os documentos elaborados pela Auditoria Cidadã da Dívida sobre a PBH Ativos S/A: Relatório Preliminar Específico de Auditoria Cidadã da Dívida nº 2/2017, de 3/11/2017, e respectivo Adendo nº 1, de 13/11/2017, para as devidas providências desse Tribunal de Contas da União, tendo em vista a comprovação de:

- (1) Realização de **operação de crédito disfarçada**, extremamente onerosa e não expressamente autorizada;

DIÁRIO DO COMÉRCIO
Minas é o nosso negócio

SEARCH BUSCAR | VERSÃO IMPRESSA | FAZER LOGIN

COTAÇÃO DE 09/04/2021

DÓLAR COMERCIAL	DÓLAR TURISMO	EURO	OURO NY	OURO BIM&F (g)	BOVESPA	POUPA
COMPRA: R\$5,0690 ENDA: R\$5,0690	COMPRA: R\$5,0530 VENDA: R\$5,2270	COMPRA: R\$6,1552 VENDA: R\$6,1580	US\$ 1.888,88	R\$307,15 (g)	+0,09	0,201

MINAS RECOMEÇA COM VOCÊ,
MINAS RECOMEÇA COM TODOS.

Recomeça MINAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS

CLIQUE E CONHEÇA TODAS AS MEDIDAS APROVADAS

LEGISLAÇÃO LIVRE

TCE manda PBH Ativos suspender pagamento de debêntures emitidas

CRIAÇÃO DA EXPRESSÃO SISTEMA DA DÍVIDA

- **Utilização do endividamento público às avessas:** a dívida não tem servido para investimentos, mas para retirar riqueza do povo para entregar principalmente a bancos e grandes corporações
- **Principal característica:** a dívida cresce por causa de mecanismos financeiros sem contrapartida ao país
- Se reproduz em âmbito internacional e regional, para estados e municípios
- Maior beneficiário: BANCOS
- Novo patamar: a dívida sequer é registrada como dívida



“Sistema da Dívida”

Como opera

- Modelo Econômico
- Privilégios Financeiros
- Sistema Legal
- Sistema Político
- Corrupção
- Grande Mídia
- SISTEMA FINANCEIRO: BIS, FMI, BM, BID, Bancos Centrais, banca privada internacional e nacional



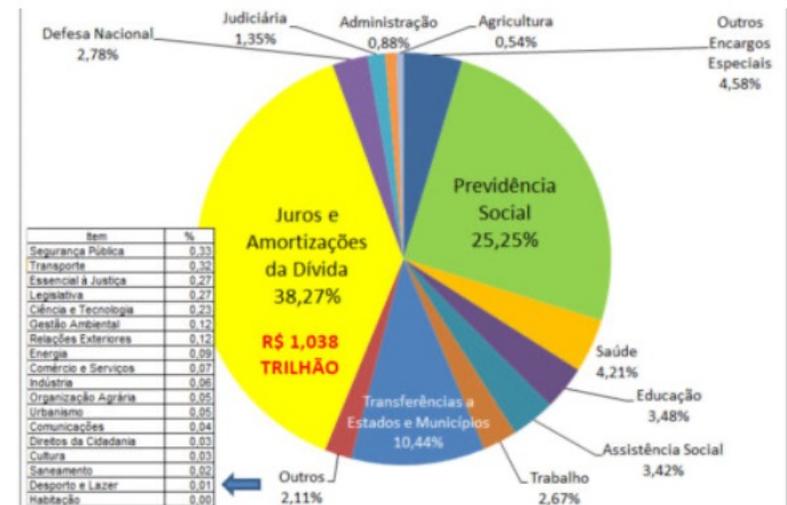
Dominação financeira e graves consequências sociais

- TCU afirma que dívida não serviu para investimento no país <https://bit.ly/2NTPIJo>
- Para que tem servido a dívida pública?



27 DE OUTUBRO, 2020

Para que tem servido a Dívida Pública que você paga?



11 DE SETEMBRO, 2020

PARA QUE TEM SERVIDO A DÍVIDA PÚBLICA NO BRASIL, por Maria Lucia Fattorelli

<https://bit.ly/36AbwLJ>

Audiência Pública CAE/Senado

<https://bit.ly/39ITU24>

Artigo

CAMPANHA



É HORA DE VIRAR O JOGO <https://bit.ly/33bVDd0>

O QUE SEPARA A REALIDADE DE ABUNDÂNCIA DO CENÁRIO DE ESCASSEZ NO BRASIL?



MODELO ECONÔMICO ERRADO, CONCENTRADOR DE RENDA E RIQUEZA

- Principais eixos:
 - ✓ SISTEMA DA DÍVIDA
 - ✓ POLÍTICA MONETÁRIA SUICIDA
 - ✓ MODELO TRIBUTÁRIO REGRESSIVO
 - ✓ MODELO EXTRATIVISTA IRRESPONSÁVEL PARA COM AS PESSOAS E O AMBIENTE

Temos que virar esse jogo

Que só produz escassez, miséria, trava o nosso desenvolvimento e só bancos privilegiados ganham!



Folheto disponível em <https://bit.ly/3fKnTqD>

...is da abun-
...n riquezas
...pressionan-
...spectos: pe-
...sos minerais
...oce; terras

QUEREMOS OUTRO MODELO ECONÔMICO QUE GARANTA VIDA DIGNA PARA TODAS AS PESSOAS E QUE RESPEITE O AMBIENTE





**O MODELO ECONÔMICO ERRADO
ESTÁ PRODUZINDO ESCASSEZ.**

É fundamental compreender o funcionamento do modelo econômico que atua no Brasil
<https://bit.ly/33xJ76S>

Os eixos que sustentam o modelo econômico concentram a renda nas mãos de pouquíssimos e produzem escassez para a maioria.



TUDO ERRADO:
- SISTEMA DA DÍVIDA
- POLÍTICA MONETÁRIA
- MODELO TRIBUTÁRIO
- MINERAÇÃO E AGRONEGÓCIO

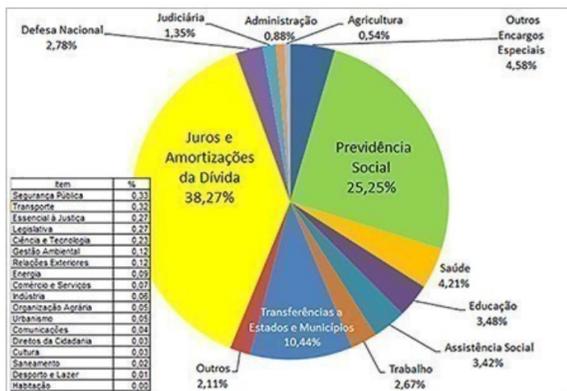
CONJUNTURA EXIGE AINDA MAIS ATUAÇÃO, DIANTE DO AVANÇO ACELERADO DA PAUTA DO CAPITAL

Cenário perfeito para o Capital: pânico da pandemia, aprofundamento da crise fabricada e balbúrdia política

- Independência do Banco Central (PLP 19/2019) <https://bit.ly/3wyxqKC>
- Elevação da taxa de juros pelo BC sem justificativa <https://bit.ly/3hqhnt7>
- PEC 186 (EC 109) <https://bit.ly/3dnzw7q>
- Dolarização e liberdade para operações em dólar no país (PL 5.387/2019) <https://bit.ly/3fPqgKh> Moeda digital do Banco Central
- PRIVATIZAÇÕES INSANAS <https://bit.ly/3hSjYwh>
- Securitização de créditos <https://bit.ly/3avKVkI> e Regime de “recuperação” fiscal nos Estados (LC 173 e 178) <https://bit.ly/2QtekVX>
- Orçamento Federal 2021 com amplo privilégio para gastos financeiros com a “dívida pública” <https://bit.ly/3hW8pE9>
- PEC 32 <https://bit.ly/3leLUtK>

PANDEMIA: HORA DE DEFENDER A VIDA

Auditoria e suspensão da dívida pública para destinar recursos à calamidade do coronavírus



Auditoria Cidadã da Dívida criou este abaixo-assinado para pressionar [Jair Messias Bolsonaro](#) (Presidente da República) e [379 outros](#)

ASSINE !

Vamos pressionar autoridades do Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público Federal e exigir:

AUDITORIA E SUSPENSÃO DA DÍVIDA PÚBLICA PARA DESTINAR RECURSOS À CALAMIDADE DO CORONAVÍRUS

98.415 pessoas já assinaram.

Ajude a chegar a 150.000!



Hélio Cássio Sousa assinou este abaixo-assinado



Reginaldo de Freitas Martin... assinou este abaixo-assinado

Essa petição tem chances de conseguir uma vitória! Só precisamos de mais 51.585 assinaturas. Você pode ajudar?

Chame mais gente para assinar

Q Buscar

Valor NEWS Política

STF já concedeu suspensão de pagamento de dívida com a União a 17 Estados

Decisões têm sido proferidas pelo ministro Alexandre de Moraes e voltadas para garantir recursos em ações de combate ao coronavírus

Por Isadora Peron e Luísa Martins, Valor — Brasília

08/04/2020 13h02 - Atualizado há um ano



23 DE MARÇO, 2020

CARTA ABERTA: AUDITORIA DA DÍVIDA JÁ E SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DOS JUROS E ENCARGOS PARA DESTINAR OS RECURSOS PARA SOCORRER A CALAMIDADE DO CORONAVÍRUS

Curso a Distância sobre a Dívida dos Estados

escolavirtual.anfp.org.br/course/view.php?id=4

Fale conosco : 0800 701-6167 E-mail : escolavirtual@anfp.org.br

Escola Virtual

Página principal Cursos Primeiros passos Perguntas

A dívida dos estados e a necessidade de auditoria

Página inicial / Meus cursos / ACD



AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Material de Estudo

Menu

- Sumário
- Introdução
- Unidade 1 >
- Unidade 2 ✓
- Aula 5
- Aula 6
- Aula 7
- Aula 8
- Unidade 3 >
- Unidade 4 >
- Referências
- Glossário
- Versão para Impressão

mercado secundário muito abaixo desse valor corresponde a uma evidente transferência de recursos públicos para o setor financeiro privado que detinha tais títulos.

Ao trocar títulos estaduais desvalorizados por títulos federais – a 100% de seu valor nominal – os detentores daqueles títulos foram altamente beneficiados. Sequer foi considerada a possibilidade de os estados arrematarem tais dívidas em mercado, o que significaria a anulação de expressiva parcela do estoque dessas dívidas.



Menu

- Sumário
- Introdução
- Unidade 1 ✓
- Aula 1
- Aula 2
- Aula 3
- Aula 4
- Unidade 2 >
- Unidade 3 >
- Unidade 4 >
- Referências
- Glossário
- Versão para Impressão

1. A financeirização mundial e o Sistema da Dívida
 2. O poder do sistema bancário mundial e a desregulamentação financeira
 3. Breves considerações sobre as experiências institucionais de auditoria da dívida em outros países (Equador e Grécia), e assessorias técnicas a investigações parlamentares (CPI da Dívida Pública na Câmara dos Deputados e CPI da PBH Ativos S/A na Câmara Municipal de Belo Horizonte)

1.2. A Financeirização Mundial e o Sistema da Dívida

A lógica do endividamento dos estados brasileiros está inserida no contexto da financeirização mundial, razão pela qual iniciamos a abordagem do presente curso com breve análise da conjuntura global de crise financeira, que afetou fortemente o endividamento público em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, com reflexos para os entes federados.

A compreensão sobre a origem da crise localizada no sistema bancário, que teve como sua principal causa a extrema especulação possibilitada pela emissão desenfreada de "produtos financeiros" ? devido à falta de regulamentação do funcionamento do sistema financeiro, é fundamental para prevenir o aprofundamento do contágio que já está ocorrendo em nosso país – tanto em âmbito federal como nas esferas estaduais e municipais – devido a mecanismos que vêm sendo criados, como o da "Securitização de Créditos" ? por exemplo, que estudaremos em aulas seguintes deste curso.

O mais grave é que o risco de transferência da crise não se deve ao simples fato de que "o mundo está globalizado e o contágio é inevitável", como estampam grandes meios de comunicação, mas sim pela adoção de medidas concretas que necessariamente provocarão a importação direta dessa crise. Tais medidas devem ser transparentadas para a sociedade que, ao final, arca com as consequências das crises. O processo de mobilização social consciente poderá contribuir para estancar esse processo.

1.2.1. Crise do Sistema Financeiro

A atual crise financeira deflagrada nos Estados Unidos da América do Norte (EUA) em 2008, logo espalhada por toda

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Material de Estudo

Menu

- Sumário
- Introdução
- Unidade 1 >
- Unidade 2 ✓
- Aula 5
- Aula 6
- Aula 7
- Aula 8
- Unidade 3 >
- Unidade 4 >
- Referências
- Glossário
- Versão para Impressão

MT	801.675.465,33	11.07.99	776.268.937,42	25.406.527,91			776.268.937,42	973.379.763,17
					193.110.825,75	22.01.99	193.110.825,75	
					4.000.000,00	12.05.04	4.000.000,00	
PA	274.495.064,33	30.03.98	261.160.017,16	13.335.047,17			261.160.017,16	388.573.691,75
					127.413.674,59	22.01.99	127.413.674,59	
PB	266.313.611,15	31.03.98	244.255.759,02	22.057.852,13			244.255.759,02	244.255.759,02
PE	143.452.725,28	23.12.97	137.382.613,70	6.070.111,58			137.382.613,70	1.381.921.845,35
					1.244.539.231,65	27.08.98	1.244.539.231,65	
PI	250.654.937,41	20.01.98	240.522.006,80	10.132.930,61			240.522.006,80	394.873.280,30
					69.082.818,95	24.02.00	69.082.818,95	
					76.800.611,28	06.09.00	76.800.611,28	
					8.467.843,27	26.11.08	8.467.843,27	
PR	519.944.406,98	31.03.98	462.339.013,75	57.605.393,23			462.339.013,75	5.659.969.457,52
					2.404.921.473,26	05.03.99	2.404.921.473,26	
					282.442.089,93	05.03.99	282.442.089,93	
					136.751.161,79	16.06.99	136.751.161,79	
					735.008.235,81	01.12.99	735.008.235,81	
					1.638.507.462,98	22.12.99	1.638.507.462,98	
RJ	18.536.808.277,61	29.10.99	15.246.423.172,58	3.290.385.105,03			15.246.423.172,58	15.246.423.172,58
RN	74.754.494,62	26.11.97	73.961.737,77	792.756,85			73.961.737,77	178.906.730,13
					100.944.992,36	18.03.99	100.944.992,36	
					4.000.000,00	22.12.99	4.000.000,00	
RO	146.950.101,90	12.02.98	143.677.138,71	3.272.963,19			143.677.138,71	692.876.890,41
					549.199.751,70	20.05.98	549.199.751,70	
RR	7.247.682,08	25.03.98	6.601.029,01	646.653,07			6.601.029,01	46.580.737,11

CONCURSOS DE POST E REDAÇÃO

CONCURSO DE POST E REDAÇÃO

**FALTAM 10 DIAS PARA ENCERRAR
AS INSCRIÇÕES! CORRA!**

**ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL,
MÉDIO E SUPERIOR CONCORRERÃO A:**



**KINDLE
10ª GERAÇÃO
COM ILUMINAÇÃO EMBUTIDA**



**AUDITORIA
CIDADA DA DÍVIDA**

**INSCRIÇÕES ATÉ 26/02/2021
ACESSE O EDITAL EM auditoriacidada.org.br
PARTICIPE, É GRÁTIS!**

MOTIVAÇÃO PARA ESTUDANTES



AUDITORIA CIDADÃ E A ARTE

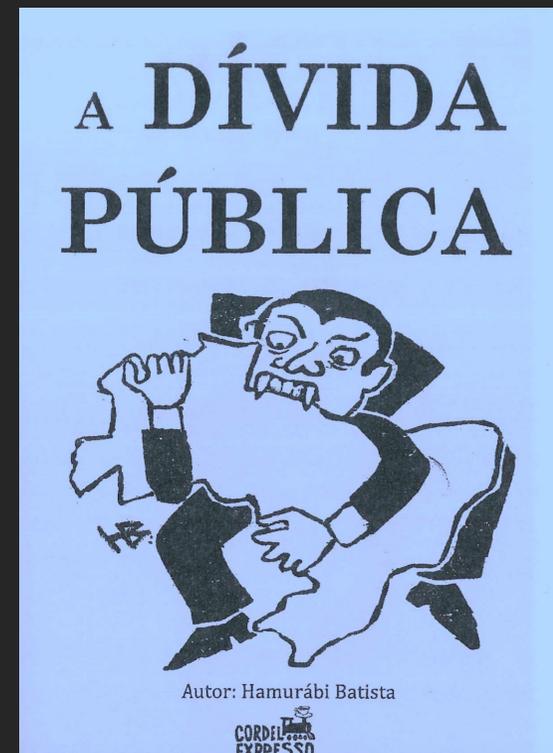


04 DE NOVEMBRO, 2020

**Música É Hora de Virar o Jogo –
meditação com Arun pelo Brasil**

<https://youtu.be/RAVhuos5sLY>

- ❖ Poesia *Gisella Colares*
- ❖ Marchinha *Audita essa dívida maldita José Bernardes*
- ❖ Cordel *Hamurábi Batista*





ESPÍRITO SANTO 27 DE ABRIL, 2021

Núcleo Capixaba da Auditoria Cidadã da Dívida: Contribuindo para o fortalecimento da luta



PARANÁ - CURITIBARIO DE JANEIRO 30 DE MARÇO, 2021

"O Impacto do Sistema da Dívida", por Marcelo Marcelino e Paulo Lindesay



BAHIA 24 DE MARÇO, 2021 OAB da Bahia solicita à SEFAZ dados da dívida pública do Estado



ALAGOAS 15 DE ABRIL, 2021

Gazeta de Alagoas: Dívida pode prejudicar investimentos futuros do estado



SANTA CATARINA - FLORIANÓPOLIS 25 DE MARÇO, 2021

ACD/SC apresenta dados para coordenação nacional



CEARÁ 17 DE MARÇO, 2021

ACD reestrutura núcleo no Ceará e organiza ações para enfrentar PECs que atacam o serviço público



ESTADOS

Alagoas

Amazonas

Bahia

Ceará

Distrito Federal - Brasília

Distrito Federal - Planaltina

Espírito Santo

Goiás

Maranhão

Mato Grosso

Mato Grosso do Sul

Mato Grosso do Sul - Três Lagoas

Minas Gerais

Minas Gerais - Belo Horizonte - Bairro 1º de Maio

Pará

Paraíba

Paraná

Paraná - Cascavel

Paraná - Curitiba

Paraná - Londrina

Paraná - Ponta Grossa

Pernambuco

Piauí

Rio de Janeiro

Rio de Janeiro - Niterói

NÚCLEOS DA ACD

CONSTRÓEM A AUDITORIA CIDADÃ BRASIL AFORA

Gratidão!

EQUIPE

VOLUNTÁRIOS

APOIADORES

DA ACD

Entidades que
viabilizam o
funcionamento
da ACD,
divulgam e
participam!

Gratidão!



AUDITORIA DA DÍVIDA

- ✓ Prevista na Constituição Federal de 1988
- ✓ Plebiscito popular ano 2000: mais de seis milhões de votos

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

www.auditoriacidada.org.br

EXIGIMOS AUDITORIA
DE CADA CENTAVO PAGO
COM O NOSSO SACRIFICIO

Com apenas um clique, envie o texto criado pela
ACD para as autoridades e faça a sua parte!



<https://bit.ly/3djrKz>



O QUE NOS IMPULSIONA

- O direito à transparência e à justa distribuição dos recursos públicos;
- A compreensão de que o Sistema da Dívida é uma farsa que tem sido usada para justificar contrarreformas, privatizações e cortes de investimentos sociais que sacrificam o povo e confluem para o atraso do desenvolvimento socioeconômico do Brasil;
- O fato de que a auditoria possui respaldo constitucional; respaldo em milhões de votos do Plebiscito, respaldo em inúmeras comprovações de erros, ilegalidades, ilegitimidades e até fraudes já documentadas no processo de endividamento federal, dos estados e dos municípios;
- A violenta desigualdade social e o aprofundamento da miséria em um dos países mais abundantes e ricos do planeta, saqueado principalmente pelo Sistema da Dívida e seus mecanismos;
- A certeza de que a realização da auditoria integral da chamada dívida pública, com ampla participação da sociedade, nos conduzirá a outro modelo econômico que garanta vida digna para todas as pessoas e respeite o ambiente. **AUDITORIA JÁ !**

Grata

Maria Lucia Fattorelli

ACESSE

AUDITORIACIDADA.ORG.BR



/AUDITORIACIDADA.PAGINA



/AUDITORIADIDADA



/AUDITORIACIDADABR



/AUDITORIACIDADA



Spotify.



Google Podcasts

#ÉHORADEVIRARAJOGO